



História Econômica e História Cultural: uma trajetória historiográfica

José Jobson de Andrade Arruda¹

Resumo

Por meio de uma reflexão bibliográfica exploratória, o artigo discute o posicionamento da história econômica no contexto dominado pela “nevueille historie” que dominou ideologicamente a historiografia do século XX, utilizando os meios clássicos para se ampliar. Destaca como a antropologia, ao se firmar como ciência, provoca uma reestruturação metodológica na historiografia. A associação da antropologia com a história faz com que a nova “nevueille historie” emerge da pós-modernidade, apontando para dois aspectos metodológicos principais na nova história econômica: Partindo de bases materiais ou simbólicas possa compreender o universal partindo do singular e vice-versa e, inscrevendo as particularidades na macro-história, na sua cadeia relacional, transcorrer da descrição à análise, da narração à reflexão sistemática.

Palavras chave: Historiografia; História econômica; metodologia.

¹Livre-docente pela USP, Doutor em História Econômica pela USP. End: Universidade Estadual de Campinas. Cidade Universitária. Barão Geraldo. 05508-900 - Campinas, SP – Brasil. E-mail: jjarruda@usc.br

Economic history and cultural history: historiography trajectory

Abstract

Through an exploratory reflection, this paper discusses the position of economic history in the context called "nevueille historie", that dominated ideologically the historiography of the twentieth century. Highlights how the anthropology, as a new science, caused a methodology restructuring in historiography. The association of anthropology with the history makes the new "nevueille historie" emerge from post-modernity, focusing to two major methodological aspects in the new economic history: the use material or symbolic bases to understand the universal and particular and vice versa and finding the particular aspects on macro-history, in a relational chain, from description to analysis, from narration to systematic reflection.

Key words: Historiography; economic history; methodology.

O enfrentamento desse tema pressupõe, antes de tudo, uma reflexão sobre a natureza da historiografia ou a História da História. Em síntese, a História se refere tanto ao conjunto da produção humana, ações e/ou práticas humanas concretas, quanto à obra histórica, ou seja, a História-Conhecimento. Não obstante, quando nos referimos à “obra histórica”, ou à produção de obras de História, o termo passa a ter também o significado de “resultado de uma investigação”. Por decorrência, um subproduto imediato do termo é o próprio “ofício do historiador”.

Cabe à historiografia, não uma reflexão sobre a História, enquanto um conjunto da produção humana, mas sobre o conhecimento da História, ou seja, a reflexão sobre a produção histórica ou, em termos correntes, sobre as obras históricas, como quer Carbonell. Vale dizer, o debruçar-se sobre a História-Conhecimento. Nestes termos, nenhuma reflexão sobre a produção histórica pode descuidar-se dos circunstanciamentos mais gerais que são também históricos e que estabelecem a conexão entre autor-obra-meio, ou seja, a sociedade.

Neste passo, é preciso ter em conta que os fundamentos do conhecimento da História residem na ultrapassagem do “eu” e do “tu” para o “nós”. Equivale dizer, como ensina Goldmann, que o embasamento ontológico da História é a “relação do homem com os outros homens, o fato de que o “eu” individual só existe enquanto pano de fundo da comunidade” (GOLDMANN, 1967, p. 22). Por esta razão, a consciência histórica, que é parte fundante do conhecimento da História, pressupõe a ultrapassagem do “eu individualista” e é, concomitantemente, um dos principais caminhos para realizar essa superação.

Neste sentido, o historiador tenta compreender as ações práticas dos homens, os móveis que os animam, os fins que os norteiam, o seu universo simbólico e as significações que para esses homens tinham seus comportamentos e ações. O historiador opera diante de ações realizadas, cuja significação procura desvendar. No entanto, a História encontra-se permeada não apenas por significações atribuídas pelos homens às suas ações e expressas nas suas intenções, mas também por uma significação objetiva. Delineia-se por esse meio um duplo plano, que é preciso apreender no tecido da História: o das práticas dos sujeitos e suas formas de consciência e o da realidade objetiva, isto é, da significação objetiva.

A análise historiográfica ou a apreensão historiográfica deve esforçar-se por integrar a compreensão da História obtida pelas obras históricas, a História das visões ou teorias que as orientaram ou

circunstanciaram, bem como o estudo das forças de percepção, vale dizer, da consciência ou ideologias que subjazem às obras, no interior das quais ganha realce o significado dos temas em apreço.

A abordagem historiográfica é, portanto, aparentada da teoria da ideologia e da sociologia do conhecimento. Não a concepção banal de ideologia, segundo a qual a ideologia é a teoria dos adversários (ARON, 1983, p.23). Mas a concepção proposta por George Dumésil, que considera a ideologia como a estrutura conceitual, consciente e inconsciente, que sustenta uma sociedade (DUMÉSIL, 1967, p.65), e que Louis Dumont entende como o conjunto das idéias e valores comuns numa dada sociedade (DUMONT, 1977, p.16), através das quais filtramos os dados que importa conhecer, num procedimento seletivo que retém o essencial e descarta o acessório.

Por outro lado, a aproximação com a sociologia do conhecimento pressupõe a conexão entre o conhecimento e as diferentes formas de inserção social dos historiadores. Esta especial inserção orienta a atenção, o interesse para determinados problemas, para a formulação teórica, para a fixação de pressupostos e valores que afetam, em certo grau, a escolha dos materiais e a eleição dos problemas, intervindo diretamente no processo de investigação (DUMONT, 1977, p.16). Retorna-se, por esta via, ao aforismo de Benedetto Croce, toda História é uma História contemporânea.

Neste contexto, a reflexão historiográfica pressupõe, necessariamente, o reconhecimento dos limites científicos da produção dos historiadores que, em última instância, são os limites científicos da própria ciência humana, o que reforça a dimensão do circunstanciamento ideológico no processo de conhecimento e que teria levado Pomian a afirmar que “para a História da História, a História não é uma ciência. Ela se situa antes, do lado da ideologia” (POMIAN, 1975, p.932-35).

Se achamos que a História deva compreender alguma coisa e não apenas descrever, ela se encontra inexoravelmente atrelada ao próprio desenvolvimento do pensamento científico. Para os historiadores da Alta Idade Média, os acontecimentos dos quais não se participava, e nem se testemunhava, não poderiam ser conhecidos. Já no século XVII, o conhecimento, sem o testemunho, é julgado possível, sobretudo por eruditos, como por exemplo Mabillon, delineando-se uma clara relação entre o avanço do conhecimento da História e a revolução científica dos séculos XVI e XVII. Definem-se aí as obrigações profissionais dos historiadores e a idéia de que é possível olhar sobre o passado de forma objetiva. A gênese da reflexão

historiográfica estaria assim na base do desenvolvimento do pensamento científico, porque dela não pode estar ausente a perspectiva de avaliação, de classificação segundo critérios determinados. A reflexão sobre a produção histórica tem como base a ruptura da *episteme* (conhecimento/ciência), para usarmos a expressão de Foucault, ruptura esta da qual emergem as Ciências Humanas. Nesta perspectiva, “o homem nunca surge na sua positividade sem que esta seja logo limitada pelo ilimitado da História” (FOUCAULT, 1967, p. 77), respondo de maneira sempre renovada os problemas da investigação histórica. O ilimitado da História é o ilimitado do conhecimento sobre ela e o ilimitado da reflexão sobre esse conhecimento, o que significa reconhecer que as relações entre a produção cultural e a própria História que a produziu são conexões complexas e que escapam, freqüentemente, a uma abordagem assente em critérios rígidos de classificação.

Nouvelle histoire e nova nouvelle histoire

É no escopo destes circunsciamentos que abordamos o fenômeno *Nouvelle histoire*, entendida como um continuum encadeado pela sucessão de gerações de historiadores que dominaram o poder historiográfico em quase todo o século XX, como entende Coutau-Begarie (1983), ou um corte que faz diferir essencialmente a Nova História Social da sua matriz geradora, a *Nouvelle histoire*, expressa nos manifestos de Le Goff e Nora e, sobretudo, na diferença essencial entre duas obras fundantes: o *Mediterrâneo* de Braudel, de 1949, e *Montaillou* de Leroy Ladurie, publicada em 1975.

As condições para emergência da *Nouvelle histoire* tornaram-se propícias já no final dos anos 20, quando os paradigmas positivistas de Langlois e Seignobos começaram a ser colocados em xeque na França. Marc Bloch e Lucien Febvre, professores em Strasbourg, influenciados pela historiografia (COUTAU-BEGARIE, 1983, p. 19) alemã, iniciaram o movimento que imediatamente acolheu novos parceiros, Fernand Braudel e Ernest Labrousse, tendo na revista *Annales* um veículo essencial de difusão das novas idéias e uma estratégia de ação que passava pela formação de estudantes, de sua alocação nos postos universitários, pela multiplicação de artigos metodológicos, de debates, de textos, de teses, com a “finalidade de se apresentar às disciplinas concorrentes como a imagem de uma História nova e dinâmica e, assim, legitimar a reivindicação de um lugar central”. A vitória das idéias passava pela instalação sistemática dos discípulos das novas concepções no aparelho universitário e o controle

da *media*, das casas editoriais, com vistas a monitorar a produção histórica destinada ao público. Um exemplo notável deste poder historiográfico é o êxito retumbante e largamente merecido da obra capital de Fernand Braudel, publicada em 1949, e o ostracismo quase absoluto da obra de Philippe Ariès, *Histoire des populations françaises et leurs attitudes devant la vie*, publicada em 1948, que trazia inovações consideráveis para o estudo das mentalidades e que poderia ter, precocemente, deslocado o poder dos historiadores economistas no grupo dos *Annales* e favorecido os estudos que ficaram emudecidos por uma década, pelo menos. A diferença é que Braudel tinha o apoio de Lucien Febvre, dos *Annales*, da VI Seção da Escola de Altos Estudos, enquanto Ariès era um pesquisador isolado, um especialista em geografia tropical, não formava alunos, nem tinha meios para difundir suas idéias. O silenciamento de Ariès, mantido no ostracismo por quase três décadas, dá bem a medida do poder historiográfico exercido por Braudel.

Como grupo gerador de idéias e com projeto hegemônico, a Escola dos *Annales* utilizou todos os meios clássicos conhecidos para se impor: a desvalorização dos predecessores, o afastamento dos adversários que foram excluídos da ribalta e a cooptação daqueles que poderiam ser assimilados. A *Nouvelle histoire* ensaiava seus passos na direção da *media* e da esfera do sagrado. Braudel tornou-se progressivamente uma figura mitológica, juntando-se a Bloch e a Febvre no panteão dos novos historiadores, com a diferença de que sua canonização começou ainda em vida (COUTAU-BEGARIE, 1983, p. 19).

A desconstrução e a construção de um novo cânon, no concerto da *Nouvelle histoire*, já se anunciavam em 1971 quando Pierre Nora, profundamente influenciado pelas idéias de Michel Foucault, dá início à publicação de uma nova coleção, sugestivamente intitulada *La bibliothèque des histoires* e não *La bibliothèque de histoire*. Era evidente a inflexão epistemológica. No lugar de uma grande História, pequenas e variadas histórias. François Dosse lembra que o texto da apresentação da coleção, vincado pela filosofia foucautiana, anunciava a implosão da História, a emergência de novas interrogações fecundadas pelas ciências sociais vizinhas, a extensão ao mundo da consciência histórica que tinha sido privilégio da Europa, novos métodos, novos recortes do passado e novos objetos. Lembra, ainda, que Nora e Foucault explodiram em gargalhadas quando souberam da crise de raiva que se apossara de Braudel diante do manifesto. O corte

é evidente. Era a profanação de Braudel e de tudo que representava a velha *Nouvelle histoire* em face da realmente nova *Nouvelle histoire*.

A publicação, em 1974, da coletânea *Faire de l'histoire*, dirigida por Le Goff e Nora, consolida as posições. Consuma-se o assalto aos velhos postulados. Fala-se em “novos problemas que obrigam a repensar a própria História; novas aproximações que modificam, enriquecem, revolucionam os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história” (LE GOFF, 1974: 211). Apelava-se à cooperação entre as ciências humanas, a antropologia, as ciências econômicas, a sociologia e a psicanálise, evidenciando o papel distinguido dos métodos quantitativos, aplicados sobre uma base documental seriada, alargando-se o campo de observação do historiador. Le Goff (1974) reafirmava sua convicção de estar diante de uma nova história. Não a história de uma equipe ou de uma escola. Sem nenhuma ortodoxia, apresentava-se totalmente aberta. Isto se fazia em defesa da História, considerando-se que a posição ocupada por ela até então – a condição de ser uma ciência capaz de explicar a dinâmica histórica –, vinha sendo invadida por suas vizinhas de contornos mal definidos, ameaçando aspirá-la, dissolvê-la, não lhe restando outra alternativa que não fosse abdicar de sua vocação globalizadora em favor de uma história geral, de um espaço de dispersão.

Literalmente, a nova história poderia fazer-se sem os homens, à qual, sob o império das idéias de Foucault, aderira mais ao procedimento do que à explicação. Interessava o como, muito mais do que o porquê. Enfatizava-se a dimensão descritiva do arquivo, prevalecendo um certo positivismo, fortemente criticado por Pierre Vilar na mesma coletânea *Faire de l'histoire* (VILAR, 1974, p. 188), e que prodigalizou a Nora um sério contencioso que lhe coube administrar, envolvendo Vilar e Foucault, que exigia a retirada das críticas feitas por Vilar em seu texto, na segunda edição do livro, exemplificando com notável transparência mais uma das facetas do poder historiográfico (DOSSE, 1994, p. 295-6). O cardápio clássico da antropologia fez sua estréia triunfal na História com a consagração de Ariès, um verdadeiro renascer do autor e do tema do homem diante da morte,² o espelho invertido de seu estudo sobre o homem diante da vida,³ uma clara sinalização de que o poder historiográfico trocava de mãos. Se *Faire de l'histoire* era a bíblia da história, *Montaillou* e o

(²) O homem diante da morte

(³) O homem diante da vida

Homem diante da morte seus modelos clássicos, a Bibliothèque des Histoire era seu instrumento de divulgação científica e afirmação da nova escola, cabendo ao *Dictionnaire de la Nouvelle Histoire*⁴ fechar o conhecimento por via das sínteses objetivas que facultassem a rápida apreensão das “boas-novas”, um papel evangelizador e catequético.

Se o propósito da nova *Nouvelle histoire* era a ampliação de seu território com vistas a impedir a aspiração da História pelas demais ciências, deu-se exatamente o inverso, quando pensamos a natureza dos novos procedimentos, seus temas, *vis-à-vis* da antropologia e da etnologia. É uma rendição. “Trata-se sempre de descobrir a figura do Outro, não em lugares distantes, mas a alteridade no próprio interior da civilização ocidental, nas profundezas do passado” (DOSSE, 1994, p. 299), em decorrência, a sensibilidade histórica volta-se para os domínios da história cultural, do estudo das mentalidades. O exemplo mais acabado desta história científica e antropologizada é *Montaillou*, de Ladurie, publicado em 1975, que vendeu mais de 300 mil exemplares, assegurando o êxito da antropologização do discurso histórico, presente nos textos sobre a sexualidade, a família, o medo e a morte.

Assume-se que antropologia e etnologia são termos sinônimos para os novos historiadores. Em Le Goff aparece como o estudo do homem cotidiano; em André Burghière o estudo dos costumes, gestos, ritos, pensamentos e comportamentos e, em Carlo Ginzburg, a ciência do vivido, portanto, história. Os precursores desta antropologia histórica remontam a Marc Bloch, Norbert Elias e Johan Huizinga.⁵ Depois de uma manifestação explícita em favor da história antropológica em 1972, Le Goff muda, em 1976, o nome do seminário da IV Seção de *Histoire et sociologie de l'occident médiéval* para *Antropologie historique de l'occident médiéval*. Um balanço feito por Le Goff sobre a história medieval na França, no ano de 1992, apontava mais de 120 títulos inscritos na temática da antropologia histórica, trajetória consolidada nas noções e nos verbetes que compõem o *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, do próprio Le Goff e Schimitt.⁶

O olhar do historiador sobre a história, informado pela etno-história, dá-lhe melhor compreensão do que há de litúrgico nestas

(⁴) *Dictionnaire de la Nouvelle Histoire*. (ver citação)

(⁵) Referência a Rois Thaumaturges. *Civilisation des moeurs e O outono da Idade Média*.

(⁶) LE GOFF, J.; SCHIMITT, J.-C.. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

sociedades históricas, obrigando-o a recorrer a uma diferenciação de tempos na história, realçando o papel dos fenômenos tradicionais, cuja evolução somente pode ser captada no nível da longa duração (CARBONELL, 1993, p. 97-8). Por isso, o tempo longo de Braudel é o tempo privilegiado dos novos historiadores, da nova história. Os tempos médios, estruturais, são descartados e o tempo curto, dos eventos, é remetido aos movimentos longos. Subsumidos pela antropologia retrospectiva, o cardápio está pronto, não restando aos novos historiadores mais do que explorações, invenções historiográficas (CARBONELL, 1993, p. 98). É a história da alimentação: hábitos, gostos, sensibilidade. Do corpo: constituição, enfermidades, socialização do corpo, sexualidade, atitudes diante da vida e da morte. Escudado na antropologia econômica, o historiador antropólogo porá em evidência as lógicas não-econômicas, ou até mesmo antieconômicas, mas que têm condicionado os hábitos econômicos. Assim, emprestou-se a Mauss a teoria do dom, a Sahlins a do gosto ostentatório, a Polanyi a de economia camponesa, a Pritchard o conceito de sociedade fragmentária.⁷ Um vasto leque de opções emerge da antropologia cultural e política: o estudo das crenças populares; dos gestos cotidianos, expressão de uma representação do mundo; a cultura de elite e a cultura popular, as idéias políticas e os mitos. “Assim, a antropologia histórica permitirá a revanche do irracional (o sagrado, as pulsações, os mitos) sobre o racional; o banal, o cotidiano, sobre o excepcional; o ‘baixo’ (os esquecidos, os marginalizados) sobre o ‘alto’ (os privilegiados, a elite)” (DAVIES, p.98).

A subsunção real e formal do Historiador à antropologia histórica envolve ambigüidades lamentáveis. A formalização do procedimento da antropologia e da etnologia decorre de uma experiência única que, repassada aos procedimentos e à escrita da História, produz incompreensões brutais na apropriação de conceitos, no estudo das fontes, na diferença entre sociedades primitivas e sociedades históricas, na forma regressiva de tratamento do tempo em um e evolutiva no outro. O historiador renuncia ao seu ofício, à sua personalidade científica e produz uma história impressionista, na qual a falta de explicação teórica, de análise abstrata, sobreleva a descrição das práticas, incrementando a força da narração, da qual o livro de

(⁷) Teorias assumidas respectivamente por Georges Duby, Guerrier et Paysans, que utilizou Mauss e Sahlins na reinterpretação econômica da Idade Média; E. Valensi que utilizou E. Pritchard no seu estudo sobre a Tunísia no século XVIII e XIX; E. Plantagean que se apoiou em Polanyi para reinterpretar Bizâncio.

Natalie Davies (1992), sobre o regresso de Martin Guère, é um belo exemplo. A microhistória se sobrepõe à macrohistória, uma personalidade ao invés de uma classe ou uma sociedade inteira, uma vida ou mesmo poucos dias no lugar de um século, um povo e não um império. E, como os novos historiadores da nova história se opõem ao uso de conceitos teóricos, resta-lhes mais uma vez o apelo aos antropólogos, à noção de *thick description*, de Clifford Geertz, ou seja, uma descrição forte, densa, em substituição à conceitualização do passado, que teria a função de dar-lhe sua própria significação, subtraindo-se às teorias genéticas, reforçando uma nova aproximação hermenêutica aos seres do passado, enfatizando a forma pela qual estes seres experimentavam e interpretavam seu próprio mundo e a si mesmos, inquirindo sobre a consciência e as condições de vida, tentando devolver-lhes sua autonomia cultural. O resultado final seria o contar de uma boa história. Ancorada na densa descrição, a narração tem que produzir um quadro, uma imagem estética do passado. Mas não haveria uma teoria oculta na proposta da descrição densa? Existe uma descrição logicamente possível sem categorias teóricas? Ou teorizáveis? Talvez os recursos hermenêuticos da nova história pudessem ser assumidos, mais amplamente, a partir do concurso cognitivo da teorização (RUSSEN, 1993, p.312).

Como duas ciências que nasceram apartadas na história acabaram por unir-se, de forma tão indelével, na nova *Nouvelle histoire*? De fato, a antropologia nasceu com o descobrimento pelos europeus das sociedades exóticas e com a preocupação do iluminismo em dar uma fundamentação racional para as discontinuidades culturais. Como lembra Carbonell (2009, p.93), foi a oposição entre o mundo civilizado, cujo conhecimento ficaria a cargo da História, e o mundo selvagem, que se cria primitivo e imóvel, cuja exploração caberia aos etnólogos, que definiu dois tipos de humanidades às quais correspondiam dois tipos de saber. Porém, os últimos cinquenta anos consumaram o projeto universalista da ilustração, marcando o fim da História como um processo gradativo de emancipação. “De um lado, a crise do colonialismo e do imperialismo europeus, de outro, o desenvolvimento das *mass media*, expuseram diante da opinião pública todo tipo de culturas e subculturas, marcando a passagem à pós-modernidade” (RUSSEN, 1993, p. 151). Mas, não era apenas o confronto com as culturas extra-europeias, era o dilaceramento da própria Europa, tragada por uma situação quase convulsiva, de uma pluralização irrefreável que tornaria impossível a apreensão da história e do mundo com base em pontos unitários. Finda a idéia de

uma racionalidade central na História, multiplicaram-se as racionalidades locais, na forma de minorias étnicas, sexuais, religiosas, estéticas, que romperam o silêncio fazendo ouvir suas vozes. A atomização, o estilhaçamento, o esgarçamento sobreleva as individualidades limitadas, efêmeras, contingentes, faz crescer a complexidade e rompe o mito da transparência prodigalizando a emergência de incontáveis histórias, de experiências históricas, em oposição à grande História. A queda do comunismo arrastou consigo todos os projetos de transformação da sociedade através do Estado, criou um vazio que extinguiu as utopias e matou as teorias. Para a nova *Nouvelle histoire* a realidade seria o resultado do entrecruzamento, o contaminar-se de uma multiplicidade de imagens interpretações e reconstruções, num mundo competitivo e dominado pelas comunicações.

Esta fragmentação do real e do conhecimento levou ao questionamento do edifício hegeliano que, em larga medida, lastreava o discurso histórico e a imploração do elemento unificador do campo de conhecimento – o homem – como sujeito dessa história, enquanto indivíduo ou coletivo. “Essa excentração do homem une-se à temática de uma escritura estruturalista ao proclamar a morte do homem, a insignificância do sujeito. Permite ao historiador, assim como ao lingüista ou antropólogo, promover um discurso que se apresenta como científico, na medida em que marginaliza a menos manejável de suas variáveis para uma história quantitativa” (DOSSE, 1994, p. 295).

“Tenho a sensação de sufocamento”, desabafou Georges Duby (1994, p. 418), referindo-se ao momento crítico vivido pela tradição dos *Annales*. Quais as alternativas para o impasse da nova *Nouvelle histoire* que tende a desembocar num completo relativismo? A perda da dimensão pública da vida social, anunciadora da barbárie, suscitou resistências. Habermas manteve seus projetos ancorados nos ideais da ilustração, a chamada teoria comunicativa da ação, que mediante uma síntese dialética busca a reordenação dos diferentes níveis da racionalidade (HABERMAS, 1991). Claude Meillasoux (1975) retoma a idéia de uma identidade social fundamental que se perpetua em diversos modos de produção, a chamada comunidade doméstica, que permitiria assegurar a reprodução sob diversas formas, apresentando-se as relações de produção e reprodução como substrato de relações jurídico-ideológicas de parentesco. Maurice Godelier (1994, p.470) abre o campo de investigação antropológica para o econômico, para as relações sociais de produção, recuperando a idéia de totalidade social e a preocupação em investigar uma hierarquia de coerções e das funções

que permitem a reprodução. Seu meio ambiente define-se também por uma dimensão imaginária, ampliando-se sua concepção de forças produtivas, pela assimilação do horizonte estrutural do pensamento e da linguagem como dimensões essenciais.

Por outro lado, levantamento realizado pela revista *L'Homme*, em 1986, revela “uma fragmentação do campo antropológico, tanto em virtude da multiplicidade dos objetos constitutivos da disciplina, quanto pela pluralidade de seus métodos”. Se a vitalidade da antropologia ainda é grande, já não se apresenta mais como modo de pensamento com vocação globalizante para as outras disciplinas. “Já não tem o otimismo de uma rápida acomodação científica em torno do seu sistema de modelização” (DOSSE, 1994, p. 437).

O retorno à historicidade é um fato. Se dá por caminhos inesperados, com a recuperação da temporalidade no discurso científico, pois onde a ciência falava de leis eternas, hoje fala de história do universo ou da matéria, evidenciando-se a aproximação com as ciências humanas, deixando o cientista de isolar-se num mundo particular, onde seus modelos e sua ciência global do homem, que recupera a historicidade ao reaproximar as ciências ditas “duras” das ciências humanas. Num mundo cada vez mais complexo, busca-se a fixação de novos paradigmas capazes de fundamentar lógicas interdisciplinares.

Mas o sopro efetivamente renovador vem das ciências da linguagem, da literatura, exatamente o campo do conhecimento que foi duramente marcado pelo formalismo, pelo estruturalismo limite, pela extinção total do criador literário e sua transformação em simples objetos de procedimentos e processos, que, no limite, extingue o escritor e o sujeito. A excessiva formalização da lingüística havia eliminado o histórico, o social, transformando a dimensão humana da criação numa abstração destituída de todo e qualquer significado. Ao contrário dos ensinamentos de Chomsky, portanto, o lingüista “deve fazer-se historiador para apreender as várias etapas na estruturação das línguas”. “O princípio da dupla estruturação”, pelo qual ao falar do mundo as línguas o reinventam pela criação de categorias abstratas, ao mesmo tempo que todas as línguas organizam-se em sua sincronia, em redes de solidariedade, autonomizando-as enquanto modelos produtores de sentido, fazendo-as funcionar como reservatórios conceituais em princípios classificatórios. Hagège recusa a dicotomia entre língua e fala, proposta por Saussure, pois “ignora-se os constrangimentos que a língua impõe à fala, de um lado, e a relação dialogal que a segunda instaura” (HEGÈGE, 1994, p. 495).

O que significa a dialógica, que para Edgard Morin (1994, p.497) nada mais é do que outra palavra para dialética, mas que tem a vantagem de pensar a contradição sem o necessário colorário da ultrapassagem a partir da fratura da unidade. Numa linhagem que remonta a Mikhail Bakhtin, Julia Kristeva e Tzvetan Todorov, Gèrad Genette enfatiza a noção de transtextualidade, definida como a relação manifesta ou secreta de um texto com outros textos, pressupondo-se uma arquitextualidade, uma relação intrínseca, silenciosa, entre um texto anterior e um posterior, de todos os textos anteriores que contribuíram para um texto posterior. “É nessa polifonia de vozes, a do autor, do leitor e do crítico, que essa liberdade pode encontrar um lugar de exercício: não falar das obras, mas com as obras” (GENETTE, 1994, p. 494). Num cerrado diálogo entre o texto e o contexto cultural que o rodeia, na sua contigüidade e na sua diacronia.

Em Tzvetan Todorov (1984, p.189), o apelo à história é ainda mais radical, acercando-se dos domínios das ideologias. Usando a ferramenta da transtextualidade, enfrenta as concepções dos formalistas russos sobre a autonomia da poética em relação à linguagem, recuperando sua função de comunicação, sua capacidade para consignar valores, visões de mundo, não sendo ela própria uma ideologia. O sujeito e a história estão decididamente de volta e os pressupostos da dialógica, uma nova dialética, firmam paradigmas que ultrapassam o momento estruturalista, sem uma ruptura virtual.

Em marcha, portanto, a recuperação da realidade, do sujeito, do sentido da história, a recuperação da razão, pois o historiador pós-moderno da nova *Nouvelle histoire*, ao renunciar a racionalidade, a integração da realidade, ao exaltar os arquipélagos sem relação entre si, refugia-se em prisões douradas, dominado por um completo relativismo pela quebra da noção de uma unidade da experiência histórica, que os levará das micro-histórias à ego-história, senão à poética e à mística, assoberbado pela tarefa inextricável que se porá diante de seus talentos.

Em suma, uma síntese, envolvendo elementos modernos e pós-modernos, que enlace micro e macro-história, gestando uma estrutura cognocitiva que represente uma nova aproximação com a experiência histórica e que sintetize, ao mesmo tempo, a unidade do gênero humano e seu desenvolvimento temporal, ao lado da variedade de culturas. Uma nova hermenêutica que incorpore renovadas estratégias de aproximação com o passado, assimilando o valor inextricável da subjetividade humana, sem perder de vista os fenômenos estruturais, as classes, os grupos, as formas coletivas de vida, integrando a

descontinuidade, a quebra de relações entre autoconhecimento e auto-interpretção das pessoas e das circunstâncias de suas vidas, ruptura esta que deveria ser observada e interpretada pelos historiadores, transcendendo o horizonte cultural do passado (RUSSEN, 1983).

Razão e imaginação, racionalidade e narração, orientação prática e fascinação estética, eis as polaridades cuja simbiose se deve almejar no caminho possível em busca da história-conhecimento. Pois ela transita da ficção à realidade, da escrita à poética, do sensível ao inteligível, das névoas densas do imaginário ao brilho ofuscante da realidade imediata. Enquanto a literatura desentranha e combina as fantasias do sujeito, a ideologia fixa signos e idéias, fechando sempre que possível o universo do sentido. Estruturas sociais e campos de significação se tangenciam, por serem vias de dupla mão entre o social e o imaginário, cuja expressão não exclui a ideologia, enquanto tecido de representações e valores integrados na escrita da história, da mesma forma que o imaginário, ao compor sínteses originais, combina e produz imagens, numa dinâmica por vezes próxima, por vezes distante, da experiência sensível.

Uma tarefa inexaurível resta, pois, ao historiador. Não descuidar dos detalhes, da filigrana, do aparentemente desprezível, mas também não deixar de inscrevê-lo na teia ampla da macro-história, na sua cadeia relacional e, daí, inverter a trajetória, retornando ao pontual, ao contingente tornado emblemático. A esta primeira aproximação, impõe-se uma segunda viagem que transcorre da descrição à análise, da narração à reflexão teórica. Nesse entrelace, signos e sentidos se explicitam, símbolos e conceitos se completam ou se revelam. Enfim, busca-se neste terceiro nível, atingir os tesouros ocultos do subconsciente, expresso no imaginário, e realizar a travessia de volta às formações mentais dominantes, de caráter iminentemente ideológico, cuja significação é, inequivocadamente, produzida nas clivagens e tensões sociais. Instaura-se, nesse passo, a hegemonia da razão, da compreensibilidade, mas cuja unicidade é rompida pela ação da sensibilidade que, ao iluminar os múltiplos perfis trabalhados pela singularidade, repõe, de maneira adensada e renovada, os objetos da percepção.

História econômica e a nova *Nouvelle histoire*

A nova *Nouvelle histoire*, como vimos, emerge num mundo dilacerado, da morte das utopias, da dessacralização da razão, da emergência da personalidade narcísica, vincada por uma excessiva mentalização, vê-se constrangida a recorrer a uma psicologia sem

método e a conceitos sem estatuto. Não se vislumbra o rio denso da História, mas sim uma multidão de pequenos riachos interrompidos, um amplo leque de experiências, descrições, narrações que não conduzem ao oceano do saber, da História-Conhecimento, da inteligência. Destituídos dos sujeitos, individuais ou coletivos, descarnados de sentido, é o império do “como”, o soterramento do “porquê”, a morte da interrogação, do sentido da vida, da própria História. Uma ciência negada, uma diletância instaurada, um retorno amargo aos pródromos positivistas, ao domínio do imediato, do contingente, do fugaz, do instantâneo e, sobretudo, do evento, do aparente sem raízes.

Qual o lugar da História Econômica neste concerto dominado pela polifonia da história das mentalidades?

A História Econômica teve um lugar privilegiado na primeira geração dos historiadores do grupo dos *Annales*. Como já se disse, sua força impediu mesmo a abertura de espaço para a história das mentalidades, que despontava como fogo fátuo na obra de Ariès, já em 1948. Sua trajetória configura uma pluralidade de opções, de diferentes modos de ver e de fazer História Econômica, tão diferentes quanto a História Serial de Chaunu, a História Quantitativa de Marczewski, a *New economic history* de Fogel, a História Econômica de Labrousse e Vilar, ou as histórias econômicas de fundamentação marxista, emblematicamente representadas pelo texto clássico de Maurice Dobb (1965), *A evolução do capitalismo*. Talvez a melhor História Econômica, alicerçada nos pressupostos da *Nouvelle histoire*, tenha sido o livro de Valentin Vasquez de Prada (1964).

Configuram-se, portanto, histórias econômicas, mais ou menos empiricistas, mais ou menos analíticas, mais ou menos críticas. O problema em questão é o seu posicionamento no concerto hegemônico da nova *Nouvelle histoire*, do estudo das mentalidades, das representações e da simbologia social, em detrimento das relações materiais de produção.

No fundo, configuram-se duas formas distintas de penetração no conhecimento histórico e que não são, necessariamente, excludentes. O estudo do tempo, do trabalho e da cultura no Ocidente Medieval, de Jacques Le Goff, não apontaria no sentido de uma interpenetração possível? Senão mesmo necessária! Suas conclusões partem de subsídios preciosos extraídos da obra de historiadores clássicos, como Henri Pirenne, cujas idéias sobre o nascimento de uma nova sociedade não são refutadas e sim confirmadas pelas conclusões de Le Goff, que surpreende uma nova temporalidade com a passagem

da hegemonia dos sinos (1284) à hegemonia do relógio (1354), simbolizando a substituição do tempo eclesiástico pelo tempo laico, o surgimento da mentalidade calculadora no universo da produção e do trabalho,⁸ em suma, a emergência da sociedade burguesa.

Desse encontro nasceria, por certo, uma nova História Econômica, que se realizaria no espaço ampliado da dimensão histórica, recuperando a um só tempo a história das relações sociais de produção, da circulação e consumo de mercadorias, do universo mental e simbólico de produtores e consumidores. Um exemplo paradigmático desta possibilidade é a compreensão do consumo na sociedade pós-moderna, a partir do universo simbólico ligado às aspirações sociais. Esta História comportaria múltiplas entradas. Seria indiferente se o historiador partisse das bases materiais ou do universo simbólico, desde que o universal pudesse ser surpreendido no singular, e vice-versa.

Um exemplo concreto dessa interpretação possível pode ser dado com a Revolução Industrial, tema magno da grande história da Civilização Ocidental, que se pensado no nível das representações coletivas, no imaginário presente na literatura, traduziria um mundo ainda a devassar, especialmente, se centrássemos a atenção na literatura policial, no romance policial, certamente descortinaríamos mundos insuspeitados.

Esta literatura, por vezes considerada uma literatura menor, o *roman noir*, não era apenas ficção, pois em larga medida era memória, aparentada das crônicas judiciais em voga nos séculos XVIII e XIX, tanto na França quanto na Inglaterra. Já em 1698, publicava-se na prisão de *Newgate*, com grande êxito, uma série de confissões de condenados à morte, disputadas pelos editores, sequiosos em explorar a voracidade do público na sua atração pelos criminosos e seus atos. Livretos publicados a partir de sínteses extraídas dos documentos oficiais da corte de Old Bailey, em Londres, traziam detalhes mórbidos e compuseram o *The newgate calendar* e o *The malefactor's register*, originando biografias romaneadas que se tornaram célebres, como as vidas de bandidos e facínoras famosos a exemplo John Sheppard, Jonathan Wild e Mandrin, publicadas por Daniel Defoe (BENVENUTTI, RIZZONI & LEBRUN, 1979, p.14).

Na mesma linhagem se inscrevem as *Mémoires* de François Eugène Vidocq, de 1828. Desertor, falsário, ladrão, escapuliu

(⁸) Espinas & Pirenne (1906) e Le Goff (1980) **para um novo conceito da Idade Média**, especialmente o artigo “O tempo de trabalho na crise do século XIV; do tempo medieval ao tempo moderno” (p. 61-73).

incontáveis vezes das malhas da lei, tornou-se informante e, mais tarde, agente policial, chegando a chefe da primeira polícia realmente moderna, a *Sûreté*, da qual foi o criador. Uma fantástica trajetória do mundo da contravenção ao mundo da repressão. Seus subordinados, quase todos ex-malfeitores como ele mesmo, disfarçavam-se de pessoas comuns, infiltravam-se nos redutos da pobreza e da miséria, onde o crime campeava, ganhavam a simpatia dos próprios delinquentes para depois levá-los às malhas da justiça. Por isso, as *Mémoires* de Vidocq tiveram um êxito enorme e receberam várias traduções. Mas, seu grande mérito foi o de ter inspirado Victor Hugo na composição de Jean Valjean e, sobretudo, Vautrin da *Comédie humaine*, de Balzac (TALMON, 1967; BOWRA, 1972).

Destes exemplos emerge a estreita vinculação entre literatura e realidade. Portanto através dos textos de Defoe, Poe, Victor Hugo, Balzac, muito se poderia recuperar da simbologia prevalescente nos anos de constituição da sociedade industrial.

Mesmo na literatura ficcional é possível captar um mundo projetado nas representações. *Frankenstein* de Mary Godwin Shelley, publicado em 1818, é o fausto do mundo industrial. Expõe o medo do homem diante da Revolução Tecnológica, gestadora de forças incontroláveis, capazes de levá-lo à destruição. Teme-se a força ameaçadora da massa urbana, constituída por um múltiplo de homens, um coletivo, que é ao mesmo tempo aterrador e redentor, pois representa a mão científica do homem capaz de gestar a vida e anunciar a morte. *Dr. Jekyll and Mr. Hide*, publicado em 1886 por Robert Louis Stevenson, desenvolve essa problemática, exibindo um homem duplicado, elaborado pela ciência, revelando sua face ao mesmo tempo criadora e destruidora (BENVENUTTI, RIZZONI & LEBRUN, 1979, p.32).

A Revolução Industrial trouxera consigo o mundo misterioso das cidades, com suas zonas de pobreza, de criminalidade, de violência, de selvageria, mas trouxera também o mistério da noite, o incógnito, um mundo a interrogar. Medo e emoção a aguçar o mistério da esfinge, do desvendamento. Neste contexto, o romance policial representa a defesa da ordem contra a simbologia do crime, nascido, invariavelmente, nos tugúrios recônditos da exclusão social. Sherlock Holmes, criado por Artur Conan Doyle, é o arquétipo do herói da elite branca, intelectualizada, calculista e cientificista. Ele é o protótipo do homem racional, iluminado, gestado no mundo da ciência e da administração. Era capaz de tudo deduzir. “De uma simples gota d’água um ser lógico pode inferir a possibilidade de um Atlântico ou

de um Niágara, sem ter jamais conhecido ou ouvido falar de um ou de outro”. Numa passagem célebre, que se multiplica em suas novelas, diz: “Considero que o cérebro de um homem é originalmente como um pequeno sótão vazio e temos de enchê-lo com mobiliário de nossa escolha. Um tolo coloca dentro todo o tipo de coisa que encontra pela frente e, assim, o conhecimento que lhe poderia ser útil fica do lado de fora ou, na melhor das hipóteses, se entulha com uma porção de outros objetos, de modo que ele tem dificuldade em colocar as mãos naquilo que é realmente importante. Já o trabalhador habilidoso usa realmente muito critério com relação ao que vai acolher no seu sótão-cérebro. Só aceitará as ferramentas que o ajudem na execução do seu trabalho, mas terá destas um amplo sortimento e tudo na mais perfeita ordem. É um erro imaginar que aquele pequeno aposento tem paredes elásticas e pode dilatar-se infinitamente. Acredite-me, chega o momento em que, a cada adição de conhecimento, você se esquece de algo que sabia antes”. É da maior importância, por isso, “não ter fatos inúteis acotovelando-se com os úteis”.⁹ Exemplo mais acabado do homem racional, gerado pela sociedade industrial, impossível; atestado pela significação desta personagem no imaginário das elites brancas européias, que o transformaram no herói permanente, onipresente, imortal. Quando, em 1893, na novela denominada *Le dernier problème*, Conan Doyle faz desaparecer o herói numa luta mortal contra seu inimigo, o professor Moriarty, a reação popular face ao “crime” de Doyle foi imediata. Os empresários londrinos reuniram-se na *City* para protestar; alguns milhares de trabalhadores fizeram greve e o governo foi diretamente interpelado por um parlamentar (BENVENUTTI, RIZZONI & LEBRUN, 1979, p.32).

A Era Vitoriana, marcada por uma forte repressão institucional, revela-se uma sociedade neurótica ao transformar cruéis assassinos em higienistas sociais. Jack, o estripador, é um mito. Um enigma indecifrável. Mas a quem atacava? A elite branca? Certamente que não. Dentre as cinco mulheres que assassinou e esquartejou, apenas uma era bonita, as demais eram prostitutas esqueléticas, sofridas, acabadas, alcoólatras e que representam, por certo, a marginalia social constituída pelas prostitutas cujo número se elevava a mais de 80 mil almas, só em Londres. O que fica exposto? A natureza da sociedade, na qual as mulheres de baixa condição social, se não encontrassem guarida no casamento, ou ficassem viúvas, ou órfãs, não tinham outra escolha para sobreviver. Elas evidenciam as chagas sociais na Londres

(⁹) DOYLE, A. **Um estudo em vermelho**.

monstruosa, onde chafurdavam no reino da bebida, das enfermidades venéreas, na mais completa degradação humana, para as quais, até mesmo o encontro com o estripador Jack, poderia representar a redenção, o resgate do aviltamento moral ao qual foram lançadas pela própria sociedade.

Eis o caminho possível na trajetória da História-Conhecimento. Entre a ficção e a realidade, entre a escrita e a poética, a viagem do historiador é inescapável. Do sensível ao inteligível, das névoas densas do imaginário ao brilho ofuscante da realidade imediata. Se a literatura desentranha e combina as fantasias do sujeito, a ideologia fixa signos e idéias, fechando sempre que possível o universo do sentido. Estruturas sociais e campos de significação se tangenciam, enquanto vias de dupla mão entre o social e o imaginário, cuja expressão não exclui a ideologia, enquanto tecido de representações e valores integrados na escrita da História. Obviamente, o imaginário, ao compor sínteses originais, combina e produz imagens, numa dinâmica de construção por vezes próxima, por vezes afastada, da experiência sensível.

Um movimento complexo resta como tarefa inexaurível ao historiador. Não descuidar dos detalhes, da filigrana, mas também não deixar de inscrevê-la na teia ampla da macro-história, na sua cadeia relacional, e daí, retornar ao pontual, ao contingente, ao aparentemente insignificante. Depois dessa primeira aproximação, impõe-se uma segunda viagem metodológica que transcorre da descrição à análise, da narração à reflexão sistemática. Nesse entrelace, signos e sentidos se explicitam, conceitos e símbolos se completam, ou se revelam. Enfim, busca-se atingir os tesouros ocultos do subconsciente, manifesto no imaginário, e realizar a travessia rumo às formações mentais dominantes, de caráter ideológico, cuja expressividade é inequivocamente produzida nas clivagens e tensões sociais. Nesse passo, instala-se a hegemonia da razão, mas sua unicidade é rompida pela ação da sensibilidade que, ao iluminar os múltiplos perfis trabalhados pela singularidade repõe, de maneira adensada e renovada, os objetos da percepção.

Referências

- Aron, R. L'histoire entre l'ethnologue et le futurologue. In: Coutau-Begarie, H. **Le phenomene "nouvelle histoire"**. Paris, 1983.
- Benvenuti, S., Rizzoni, G., Lebrun, M. **Le roman criminel**. Nantes, 1979
- Bowra B. M. **La imaginación romantica**. Espanha, Madrid, 1972.

Carbonell, C.-O. **Antropologia, etnologia e história; la tercera generación en Francia.** In: Andrés-Gallego, J. (Org.). **New history, nouvelle histoire hacia una nueva historia.** Madrid, 1993.

Coutau-Begarie, H. **Le phenomene “Nouvelle histoire”.** Stratégie et idéologie des nouveaux historien. Paris, 1983.

Davies, N. **O retorno de Martin Guère.** São Paulo, 1992.

Dobb, M. **A evolução do capitalismo.** Rio de Janeiro, 1965.

Dosse, F. **História do estruturalismo. 2.** O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Campinas, 1994.

Duby, G. **Magazine Littéraire**”, n. 248, 1978 in: Dosse, F. **História do estruturalismo. 2.** O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Campinas, 1994.

Dumésil, G. **L'idéologie tripartite des indo-européens.** 1967.

Dumont, L. **Homo Aequalis.** 1977.

Espinas, G., Pirenne, H. **Recueil des documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre.** 1906. t. 1.

Foucault, M. **As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas.** Lisboa, 1967.

Genette, G. **Indroduction à l'architexte.** 1979 in: Dosse, F. **História do estruturalismo. 2.** O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Campinas, 1994.

Godelier, M. **L'idéel et le matériel.** p. 21 in: Dosse, F. **História do estruturalismo. 2.** O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Campinas, 1994.

Goldmann, L. **Ciências humanas e filosofia.** São Paulo, 1967.

Habermas, J. **El discurso filosófico de la modernidad.** Madrid, 1991.

Hegège, C. **L'homme de parole.** p. 9 in: Dosse, F. **História do estruturalismo. 2.** O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Campinas, 1994.

Le Goff, J. **O tempo de trabalho na crise do século XIV; do tempo medieval ao tempo moderno.** In: _____. **Tempo, trabalho e cultura no Ocidente.** Lisboa, 1980.

Le Goff, J. **La nouvelle histoire.** In: FAIRE de. **l'histoire.** Paris, 1974.

_____. **Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente.**, Trad., port., Lisboa, 1980.

Meillassoux, C. **Femmes, greniers, capitaux.** Paris, 1975.

Merton, R. **La sociologia del conocimiento.** In: Horowitz, I. L. (Org.). **História y elementos de la sociologia del conocimiento.** Buenos Aires, 1974.

Morin, E. **Conferência organizada pela revista Sciences humaines, 1991** in: Dosse, F. **História do estruturalismo. 2.** O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Campinas, 1994.

Pomian, K. **L'histoire de la science et l'histoire de l'histoire.** Annales, sept./oct. 1975.

Pouillon, J. in: Dosse, F. **História do estruturalismo. 2.** O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Campinas, 1994.

Russen, J. **La historia, entre modernidad y postmodernidad.** In: Andrés-Gallego, J. (Org.). **New history, nouvelle histoire hacia una nueva história.** Madrid, 1993.

Talmon, J. L. **Romantismo e revolta. Europa (1815-1848).** Lisboa, 1967.

Todorov, T. **Critique de la critique.** 1984.

Vazquez de Prada, V. **História econômica mundial.** Madrid, 1964. 2 v.

Vilar, P. **Histoire marxiste, histoire en construction.** In: FAIRE de l'histoire. Paris, 1974.